

MINORIAS DE GÊNERO E POSSIBILIDADES DE DESMARGINALIZAÇÃO

Júlio Emílio Cavalcanti Paschoal; Ana Carolina Cavanellas Gomes; Anny Layssa Joana Rodrigues Silva; Artur Maia de Paiva; Beatriz Corrêa Uchôa; Gabriela Rogério Borella; Gustavo Pires de Carvalho; Luiza Melcop de Castro Leal Dantas; Maelly Steffny de Souza Silva; Marcela Martins Borba; Mariana de Almeida Bayma; Paulo Silvanio de Menezes Borges; Raylan Francescoli dos Santos Souza; Mariana Pimentel Fischer Pacheco (Orientadora)

O grupo propõe, baseando-se em discussões de leituras em Teoria Crítica, apresentar as possibilidades de atuação no campo de gênero em Pernambuco. A base teórica envolve pensadores que tratam de questões relativas às identidades, tais quais Judith Butler, Axel Honneth, Nancy Fraser, Simone de Beauvoir, dentre outros. Em parceria com instituições como o MPF e o grupo GEMA e em diálogo com movimentos sociais (tal qual o coletivo Diadorim e o Movimento Zoada), visamos a apreender as demandas dos movimentos feministas e LGBTT no estado e canalizar nossos esforços para promoção e defesa dessas minorias. Em um primeiro momento, concentraremos nossa atenção em uma atividade que consiste em prestar assessoria jurídica às pessoas trans que querem a retificação do prenome e do sexo no registro civil. Concomitantemente, buscamos questionar a que situações essas pessoas marginalizadas precisam se submeter, já que, no senso comum, elas são encaradas como anormais, doentes, destoantes e os mecanismos jurídicos, por reforçarem manutenção de status quo, não incidiriam diferentemente sobre elas. A importância dessa reflexão atrelada ao nome social é fundamental para mudar a maneira pela qual as pessoas transexuais são enxergadas. Os pareceres médicos buscam comprovar a existência de uma doença e são utilizados como ferramenta importante na retificação do registro civil. Por um lado garantem acesso das pessoas trans a serviços públicos de saúde; por outro, contribuem para marginalização dessa parcela da sociedade – afinal de contas, o doente não é enxergado de maneira equânime aos homens e mulheres “médios”. O que deve ser colocado em questão, portanto, é a valor atribuído ao parecer médico. Acreditamos que a questão da transexualidade não deve necessariamente ser tratada como doença. Cumpre lembrar que, em um momento anterior, eram os homossexuais quem se enquadravam na extinta nomenclatura “homossexualismo”. É que, o prefixo “ismo” reforçava o caráter patológico da condição de homossexual. Superada essa questão, atualmente a homossexualidade é tratada como orientação sexual e pouco tem relação com qualquer limitação ou desvio biológicos. Ao patologizar-se indivíduos trans, cria-se uma situação extremamente preocupante: hierarquiza-se o exercício de direitos, e, mais especificamente, de direitos fundamentais, além de esvaziar o valor e sentido da autonomia da vontade dos indivíduos trans. Além dessa atividade, o grupo visa a fomentar discussões sobre Teoria Crítica e as principais tensões e desafios enfrentados pelos movimentos sociais da atualidade que envolvem o gênero; elaboração de eventos, através de parcerias estabelecidas; e estimular a produção acadêmica de questões relacionadas à pauta feminista e LGBT. Uma das nossas principais parcerias é com o Ministério Público Federal, que, em sua seção pernambucana, vem promovendo série de três audiências públicas destinadas ao tratamento tema muito caro a quem se propõe a repensar o gênero e suas questões: a violência contra a mulher. Esta, durante essas audiências, será pensada na perspectiva da saúde, da segurança pública e da educação.

Objetivamos, ainda, ter atuação interna na UFPE visando propor e efetivar medidas para coibir a ratificação da opressão de gênero no meio acadêmico, tendo em vista a lacuna deixada pela negligência do Estatuto e do Regimento Geral da Universidade. Nesse sentido, iremos propor a institucionalização de uma política administrativa concernente às denúncias de assédios sexuais ocorridos dentro do ambiente universitário ou em razão deste. O rito a ser proposto será baseado na primazia da participação de mulheres no atendimento e na análise do conflito, de modo a mitigar as situações de constrangimento das alunas envolvidas, bem como prevenir o arquivamento prematuro das acusações. Além disso, enquanto resultado já alcançado, visando à promoção da pauta travesti, tivemos a oportunidade de discutir com Amara Moira (candidata a vereadora em Campinas - SP pelo PSOL e militante transfeminista), através da participação dela como convidada da III Semana LGBT da Faculdade de Direito do Recife.

Palavras-chave: teoria crítica; transexualidade; lgbtt, feminismo